

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.370.878 - GO (2018/0250494-5)

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
AGRAVANTE : ENGEL ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA
AGRAVANTE : REMO INCORPORADORA E EMPREENDIMENTOS LTDA
ADVOGADO : LEONARDO MARTINS MAGALHÃES - GO021230
AGRAVADO : NALDA BENEDITA FERNANDES
ADVOGADO : MONIMAR LEÃO ALVES - GO025595

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DO FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA. ART. 932, INCISO III, DO CPC/2015. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de agravo manejado por ENGEL ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA e OUTRA em face da decisão que inadmitiu recurso especial interposto com fundamento no art. 105, III, "a", da Constituição Federal contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, assim resumido:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO REVISIONAL C/C CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO E DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE CLÁUSULA CONTRATUAL. CONTRATO DE COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA. CLÁUSULA DE ARBITRAGEM. ALEGAÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DO § 2º DO ART. 4º DA LEI nº 9.307/96 (LEI DE ARBITRAGEM). INOCORRÊNCIA. RELAÇÃO DE CONSUMO. APLICAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. SENTENÇA DE EXTINÇÃO CASSADA.

I- Diante do art. 51, VII, do Código de Defesa do Consumidor, o § 2º do art. 4º da Lei de Arbitragem não prevalece na hipótese dos autos, vez que emerge nítida a nulidade da cláusula compromissória estipulada no Contrato, diante de sua compulsoriedade.

II- Como o processo não se encontra em condições de imediato julgamento, havendo necessidade de instrução probatória, impõe-se a cassação da sentença e o retorno dos autos ao Juízo de origem para regular prosseguimento.

APELAÇÃO CONHECIDA E PROVIDA. SENTENÇA

Superior Tribunal de Justiça

CASSADA (e-STJ fl. 300).

Nas razões do especial, as recorrentes mencionam os arts. 4º, § 2º; e 42 do Código de Processo Civil; 8º, 31 e 32 da Lei nº 9.307/96 (Lei da Arbitragem), defendendo a legalidade da cláusula de compromisso arbitral, mesmo nos casos de contrato de adesão.

Foram apresentadas contrarrazões às fls. 335/341 (e-STJ).

Inadmitido o apelo nobre (e-STJ fls. 346/347), vieram os autos conclusos em decorrência da interposição do agravo de fls. 353/363 (e-STJ).

Impugnação às fls. 370/376 (e-STJ).

É o relatório.

Passo a decidir.

O presente recurso não merece ser conhecido em virtude da ausência de impugnação ao fundamento da decisão agravada.

Com efeito, o recurso especial foi inadmitido em razão da incidência das Súmulas 5 e 7 do STJ, haja vista a necessidade de interpretação de cláusula contratual e de reexame de matéria probatória.

Contudo, nas razões do agravo em recurso especial as agravantes não demonstraram a inadequação dos referidos óbices sumulares, limitando-se a reiterar os argumentos desenvolvidos no apelo nobre.

Destarte, a falta de ataque específico aos fundamentos da decisão agravada acarreta o não conhecimento do recurso, a teor do que dispõe o art. 932, inciso III, do CPC/2015 (art. 544 do CPC/1973).

Nesse sentido:

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DE TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO RECORRIDA. ART. 544, § 4º, I, DO CPC/1973. ENTENDIMENTO RENOVADO PELO NOVO CPC, ART. 932. 1. No tocante à admissibilidade recursal, é possível ao recorrente a eleição dos fundamentos objeto de sua insurgência, nos termos do art. 514, II, c/c o art. 505 do CPC/1973. Tal premissa, contudo, deve ser afastada quando houver expressa e específica disposição legal em

Superior Tribunal de Justiça

sentido contrário, tal como ocorria quanto ao agravo contra decisão denegatória de admissibilidade do recurso especial, tendo em vista o mandamento insculpido no art. 544, § 4º, I, do CPC, no sentido de que pode o relator "não conhecer do agravo manifestamente inadmissível ou que não tenha atacado especificamente os fundamentos da decisão agravada" - o que foi reiterado pelo novel CPC, em seu art. 932. 2. A decisão que não admite o recurso especial tem como escopo exclusivo a apreciação dos pressupostos de admissibilidade recursal.

Seu dispositivo é único, ainda quando a fundamentação permita concluir pela presença de uma ou de várias causas impeditivas do julgamento do mérito recursal, uma vez que registra, de forma unívoca, apenas a inadmissão do recurso. Não há, pois, capítulos autônomos nesta decisão.

3. A decomposição do provimento judicial em unidades autônomas tem como parâmetro inafastável a sua parte dispositiva, e não a fundamentação como um elemento autônomo em si mesmo, restando inequívoco, portanto, que a decisão agravada é incindível e, assim, deve ser impugnada em sua integralidade, nos exatos termos das disposições legais e regimentais.

4. Outrossim, conquanto não seja questão debatida nos autos, cumpre registrar que o posicionamento ora perfilhado encontra exceção na hipótese prevista no art. 1.042, caput, do CPC/2015, que veda o cabimento do agravo contra decisão do Tribunal a quo que inadmitir o recurso especial, com base na aplicação do entendimento consagrado no julgamento de recurso repetitivo, quando então será cabível apenas o agravo interno na Corte de origem, nos termos do art. 1.030, § 2º, do CPC. 5. Embargos de divergência não providos. (EAREsp 831.326/SP, CORTE ESPECIAL, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Rel. p/ Acórdão Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, DJe 30/11/2018)

Nesse contexto, à luz do princípio da dialeticidade, o não conhecimento do presente recurso é medida que se impõe.

Ante o exposto, com base no art. 932, III, do CPC/2015, não conheço do agravo em recurso especial.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator

